



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

**APELAÇÃO Nº 0000065-56.2005.8.17.0200 (0299710-8)**

**APELANTE** : Ednaldo Cardoso  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Juiz José Anchieta Félix da Silva  
**CONVOCADO**  
**COMARCA** : Angelim – Vara Única  
**ORGÃO** : 4ª Câmara Criminal  
**JULGADOR**  
**PROCURADOR** : Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

---

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. FURTO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. HIPÓTESE DE CONCURSO DE AGENTES. CONFISSÃO DO APELANTE EM HARMONIA COM O ACERVO PROBATÓRIO. DECRETO CONDENATÓRIO MANTIDO NAS SANÇÕES DO ART. 155, § 4º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO E ABUSO DE CONFIANÇA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE SUA OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS DO TIPO (ART. 155, § 4º, INCISOS I E II, DO ESTATUTO REPRESSIVO). DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. PRESENÇA DE APENAS QUATRO CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. REDIMENSIONAMENTO. REDUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 05 ANOS E 03 MESES PARA 04 ANOS E 03 MESES DE RECLUSÃO. INDENIZAÇÃO DO ART. 387, IV, DO CP. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DANO MORAL. REDUÇÃO DO *QUANTUM* PARA O VALOR DA *RES FURTIVA*. MANTIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA NOS DEMAIS TERMOS. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

I- A materialidade e autoria do crime imputado ao apelante estão demonstradas em harmoniosa prova dos autos, impondo-se sua condenação nas penas do art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, de modo que não há justificativa para acatar o pleito absolutório.

II- Para caracterizar o crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, notadamente quando o arrombamento deixa vestígio, é imprescindível a realização de perícia técnica. Não havendo, também, evidência de que o crime foi cometido com abuso de confiança, é de se afastar a incidência das qualificadoras do § 4º, incisos I e II, do art. 155, do CP.

III- Diante da existência de (4) quatro circunstâncias judiciais do art. 59 do CP desfavoráveis ao apelante (culpabilidade, personalidade, motivo e comportamento da vítima), reduzo a pena-base do apelante de 06 anos para 05 anos de reclusão. Seguindo as diretrizes do sistema trifásico, em razão da atenuante da confissão espontânea, mantenho o redutor fixado na sentença de 09 meses, alcançando a mesma 04 anos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

e 03 meses de reclusão, que torno definitiva à míngua de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes genéricas, nem de causas de diminuição e acréscimo de pena.

IV- In casu, não houve fundamentação suficiente para a fixação do valor indenizatório, a título de danos morais. Não sendo válido, portanto, o *quantum* aleatoriamente arbitrado na decisão recorrida de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em favor das ofendidas. Em atendimento ao disposto no art. 387, IV, do Código Penal, considero o valor da *res furtiva* constante do laudo de avaliação, para satisfazer os prejuízos materiais efetivamente sofridos pelas vítimas. Reduzo o *quantum* indenizatório para R\$ 80,00 (oitenta reais).

V- Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação nº 00000065-56.2005.8.17.0200 (0299710-8)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 13 de maio de 2014

Juiz José Anchieta Félix da Silva  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº 0000065-56.2005.8.17.0200 (0299710-8)

APELANTE : Ednaldo Cardoso  
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Juiz José Anchieta Félix da Silva  
CONVOCADO  
COMARCA : Angelim - Vara Única  
ORGÃO : 4ª Câmara Criminal  
JULGADOR  
PROCURADOR : Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

## RELATÓRIO

Cuida-se de apelação interposta por **Ednaldo Cardoso** contra a sentença de fls. 81/85, que o condenou a pena definitiva de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto, e 100 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 155, § 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal.

Nas razões recursais (fls. 97/99), a defesa sustenta, em síntese, a negativa de participação do réu na empreitada criminosa, requerendo sua absolvição. Alternativamente, postula a redução da pena aplicada, sob o argumento de que não há nenhuma mácula em seus antecedentes, conduta social e personalidade. Defende, ainda, a diminuição da pena indenizatória fixada no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Nas contrarrazões (fls. 101/106), o representante ministerial aduz que o recurso deve ser parcialmente provido, apenas para reconhecer que a conduta do recorrente amolda-se ao tipo previsto no art. 155, inciso IV, do CP, e que a fixação indenizatória deve corresponder ao valor da *res furtiva*.

A Procuradora de Justiça, na pessoa do Procurador Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, ofertou parecer às fls. 117/118, opinando, também, pelo **provimento parcial do recurso**, tão-somente para manter a condenação do réu com a qualificadora do inciso IV do art. 155, do CP, procedendo-se a redução do *quantum* indenizatório.

É o relatório. **À revisão.**

Recife, 02 de setembro de 2013.

**Juiz Jose Anchieta Félix da Silva**  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

**APELAÇÃO Nº 0000065-56.2005.8.17.0200 (0299710-8)**

**APELANTE** : Ednaldo Cardoso  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Juiz José Anchieta Félix da Silva  
**CONCOVADO**  
**COMARCA** : Angelim - Vara Única  
**ORGÃO** : 4º Câmara Criminal  
**JULGADOR**  
**PROCURADOR** : Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

---

**VOTO**

Conforme relatado, o recorrente insurge-se contra a sentença de 1º grau que o condenou à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses, em regime inicialmente semi-aberto, e 100 dias-multa, por infração ao art. 155, § 4º, incisos I, II e IV do Código Penal.

Como visto, a defesa sustenta a absolvição do apelante por insuficiência de provas do seu envolvimento do crime. Alternativamente, postula a redução da pena privativa de liberdade e indenizatória fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Pois bem.

Consta dos autos, que no dia 24.11.2004, por volta das 20h30min, o apelante, agindo em comunhão de desígnios e em conjunção de esforços com os imputáveis Diego Oliveira e Eduardo Francisco da Silva, adentrou na casa de CÍCERA ALVES DOS SANTOS e MANOEL FERREIRA DA SILVA, subtraindo uma caixa de som (cor preta), um par de sapatos, um perfume e uma bolsa de fumo, avaliados em R\$ 80,00 (oitenta reais).

Relata, ainda, a atrial acusatória, que o apelante e os demais comparsas aproveitaram-se da ausência das vítimas, que teriam levado um filho ao Hospital, para arrombar o imóvel com um "pé de cabra" e subtrair os objetos acima descritos. Durante a investida criminosa, o apelante se fazia acompanhar do imputável Diego Oliveira, que já responde a diversas representações, enquanto o outro agente ficava dando cobertura.

Examino:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

A materialidade delitiva não foi discutida, estando demonstrada através do auto de apresentação e apreensão de fls. 13, e pelo laudo de avaliação às fls. 20.

A autoria, também, é inconteste. O apelante nas duas fases da persecução confessou a prática delitiva (fls. 15 e 55/56), confirmando, inclusive, com riqueza de detalhes, as circunstâncias de sua prisão em flagrante.

Observe-se seu interrogatório às fls. 55/56:

*"(...) chegaram os adolescentes DIEGO e EDUARDO, por volta das dezoito horas, lhe chamando para cometer o crime deste autos; aceitou o convite e na mesma noite furtaram os pertences das vítimas, uma vez que DIEGO já sabia que as vítimas iam se ausentar de casa naquela noite; o depoente pediu um pé de cabra a seu amigo "JUNIOR MAGRO", ... colocaram o pé de cabra na fechadura da porta da frente da casa das vítimas quando o depoente e DIEGO fizeram força, conseguindo arrombar a porta; (...);"*

O adolescente **DIEGO OLIVEIRA**, às fls. 61, também confirmou a autoria delitiva atribuída ao apelante, mediante concurso de pessoas e rompimento de obstáculo, tal como narrado na denúncia.

O menor infrator **EDUARDO FRANCISCO DA SILVA**, às fls. 73, contou que sua participação limitou-se a auxiliar o apelante e DIEGO no transporte da caixa de som subtraída das vítimas.

As vítimas **CÍCERA ALVES DOS SANTOS** e **MANOEL FERREIRA DA SILVA**, 11/12, disseram que ao retornarem a sua casa encontraram "a porta arrombada" e que foram subtraídos os objetos descritos na peça acusatória.

Segundo a jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça**, para caracterizar o crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, notadamente quando o arrombamento deixa vestígio, é imprescindível a realização de perícia técnica.

Nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

**- Não há como reconhecer a qualificadora de rompimento de obstáculo somente pelas declarações de vítimas e testemunhas quando o arrombamento deixa vestígios, sendo imprescindível, para sua incidência, a confecção de laudo pericial.**

**- Em que pese o afastamento da referida qualificadora, remanesce a figura do delito de furto qualificado, porquanto o crime foi praticado por concurso de agentes, não podendo, portanto, ser desclassificado para furto simples.** Assim, deve ser mantida a pena imposta, já que fixada no mínimo legal para o tipo penal em tela.

Habeas corpus não conhecido.

Ordem concedida de ofício para afastar a qualificadora de rompimento de obstáculo, mantendo, porém, a figura do furto qualificado, pelo concurso de agentes, bem como a pena imposta pelas instâncias ordinárias. (HC 226.057/DF, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013).

Não há nos autos nenhuma prova que evidencie que o apelante teria cometido o crime com abuso de confiança, mediante fraude, escalada ou destreza, o que também afasta a incidência da qualificadora do § 4º, inciso II, do art. 155, do CP.

A sentença condenatória deve ser modificada para aplicar as sanções do art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal (**furto qualificado pelo concurso de agentes**).

Passo ao exame da dosimetria da pena:

É sabido que a lei penal reservou ao juiz margem de discricionariedade, a fim de que a pena a aplicada seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

No caso concreto, o tipo penal violado – furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso IV, do CP), prevê pena de reclusão de **02 (dois) a 08 (oito) anos, e multa**.

O magistrado sentenciante fixou a **pena-base do réu em 06 anos de reclusão**, após valorar negativamente quatro das oito circunstâncias judiciais do art. 59<sup>1</sup>, do CP. Senão vejamos:

<sup>1</sup> Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

**"(...) a culpabilidade do réu está patenteada nas provas dos autos, de grave intensidade; no que tange a personalidade do réu, observo que o mesmo agiu por sua própria vontade ao praticar o delito, usando de sua liberdade e consciência à resolução do delito, além disso, possui conduta voltada para a prática de delitos, visto que, segundo seu próprio depoimento, já fora preso pelo furto de uma ambulância, já andou armado, inclusive ameaçando uma pessoa. Ademais, possui vício em bebidas alcoólicas e maconha. O delito aqui processado não foi um episódio isolado na vida do réu, visto que o mesmo, com frequência, infringe a lei. A circunstância judicial do comportamento da vítima atua em desfavor do réu, pois as vítimas em nada contribuíram para consecução do delito. No tocante ao motivo, o tenho também desfavorável ao réu, pois não fora lastreado em necessidades materiais vitais, mas no simples desejo de montar um som, valendo-se, para tanto, não de seu trabalho, mas de conduta criminosa, onde as vítimas eram pobres, consoante o réu atestou saber antes da prática do furto (...)"**

Como vimos, o magistrado considerou negativamente as seguintes circunstâncias judiciais do art. 59 do CP: culpabilidade, personalidade, motivo e comportamento da vítima.

Relativamente à culpabilidade, a justificativa posta na sentença é suficiente para a exasperação da pena, uma vez que não se levou em conta apenas o crime em si e sua gravidade, mas, sobretudo, o *modus operandi*. No caso dos autos, o apelante, demonstrando ousadia, aceitou o convite de dois adolescentes, sabendo que um deles já era infrator, decidindo investir contra o patrimônio alheio, em horário noturno, subtraindo pertences de uso doméstico da casa de duas vítimas pobres.

Essas peculiaridades efetivamente desfavorecem o acusado, possibilitando a dosagem da sanção penal de modo diferente e proporcional.

Vejamos:

**"2. A fixação da pena-base e a sua exasperação acima do mínimo legal restaram suficientemente justificadas na sentença penal condenatória em razão do reconhecimento das circunstâncias judiciais desfavoráveis do paciente."**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

quais sejam: o elevado grau de periculosidade do agente, a grande intensidade do dolo empregado pelo condenado na execução dos crimes, a motivação do crime e as sérias consequências advindas à vítima.” (HC 34.929/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 09/11/2004, DJ 13/12/2004, p. 389).

Embora primário, é de se impor maior reprimenda ao réu, em face de sua **personalidade** distorcida ao meio social, pois, além do crime praticado com auxílio de dois menores, admitiu a prática de outros delitos, inclusive que faz uso de substância entorpecente (*maconha*), circunstância propulsora da criminalidade.

Colaciono o precedente do STJ que comunga com a mesma idéia:

“1. A conduta social do agente liga-se, evidentemente, ao comportamento do agente no interior do grupo social a que pertence - família, vizinhança, escola, trabalho etc -, **destacando-se suas relações intersubjetivas, bem como - e principalmente - a imagem formada por sua personalidade e sua projeção nesses grupos.**

2. Certo é que a união entre o uso de drogas ilícitas e sua comercialização, tal como se dá na espécie dos autos em exame, cria, na comunidade onde inserido o agente, uma natural aversão a tal comportamento, máxime quando exemplos há, infelizmente, em número suficiente em nossa sociedade, a **estampar os efeitos nefastos de tal conluio.** (HC 114.528/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2009, DJe 09/03/2009)

O **motivo** do crime também está suficientemente justificado na sentença para sua caracterização, sendo, portanto, idônea a exasperação correspondente.

De qualquer forma, existindo efetivamente 04 circunstâncias judiciais desfavoráveis ao apelante, reduzo a pena-base em 01 ano (**termo médio**), passando de 06 anos para 5 anos de reclusão. Mantenho, nos termos do art. 68 do CP, o *quantum* fixado na sentença, ante a incidência da atenuante da confissão espontânea, reduzindo a pena em 09 meses, tornando-a definitiva em **04 anos e 03 meses de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias atenuantes ou agravante genérica, nem causas de diminuição e acréscimo de pena.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

Quanto à fixação da reparação civil preconizada pelo art. 387, IV, do CPP, tenho adotado o entendimento de que trata-se de norma processual de alcance imediato. A aplicação deste novo dispositivo legal veio apenas simplificar a efetivação do direito à reparação dos danos suportados pela vítima na própria sentença penal condenatória.

Nesse sentido:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO. ABUSO DE CONFIANÇA. CONFIGURAÇÃO. AGRAVANTE. CRIME COMETIDO CONTRA VÍTIMA COM MAIS DE 60 ANOS. **INDENIZAÇÃO DO ART. 387, IV, DO CPP. INCIDÊNCIA. NORMA PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL EM CURSO. SENTENÇA PROFERIDA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.719/2008. RECURSO PROVIDO.**

(...)

VI. A Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, publicada em 23 de junho de 2008, entrou em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

VII. No presente caso, na sentença, proferida em 10/09/2008, isto é, quando já vigente a norma em questão, o Juiz reconheceu a incidência da nova redação do inciso IV do art. 387 do Código de Processo Penal, fixando valor para reparação de danos causados pela infração. VIII. A norma de Direito Processual Penal se aplica imediatamente às sentenças proferidas após a sua entrada em vigor. Sendo assim, a norma do art. 387, IV, do CPP deve ser aplicada ao presente caso, em que a sentença condenatória foi proferida quando já vigente a lei que modificou os dispositivos da lei adjetiva penal. IX. Recurso provido, nos termos do voto do Relator." (REsp 1208510/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 15/06/2011).

Todavia, no caso em análise, verifico que não houve fundamentação suficiente para a fixação do valor indenizatório, a título de danos morais. Não sendo válido, portanto, o *quantum* aleatoriamente arbitrado na decisão recorrida de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em favor das ofendidas.

Em atendimento ao disposto no art. 387, IV<sup>2</sup>, do Código Penal, considero o valor da *res furtiva* constante da avaliação às fls. 20,

<sup>2</sup> CPP

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: (Vide Lei nº 11.719, de 2008)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido; (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Quarta Câmara Criminal

para satisfazer os prejuízos materiais efetivamente sofridos pelas vítimas. Reduzo, portanto, o *quantum* indenizatório fixado para R\$ 80,00 (oitenta reais).

Posto isto, meu voto é no sentido de dar **provimento parcial** ao apelo, apenas para redimencionar a pena privativa de liberdade do apelante, ante a conduta praticada descrita no art. 155, § 4º, IV do CP, passando de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, para 04 (quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão. Reduzo, ainda, o montante da reparação civil devido às vítimas, a título de danos materiais, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para R\$ 80,00 (oitenta reais), mantendo incólume os demais termos da sentença guerreada.

**É como voto.**

Recife, 13 de maio de 2014.

**Juiz José Anchieta Félix da Silva**  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

139

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0000065-56.2005.8.17.0200 (0299710-8)

COMARCA: ANGELIM - PE

APELANTE: EDNALDO CARDOSO

APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

REVISOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

**VOTO DE REVISÃO**

Srs. Desembargadores,  
Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de recurso de apelação interposta pela defensoria pública estadual contra sentença de fls 81/85 proferida pelo juiz da comarca de Angelim que condenou **EDNALDO CARDOSO** à pena de cinco anos e três meses de reclusão e multa.

Analisando as razões defensivas, tem-se que a prova oral carreada aos autos é segura e incontroversa da culpabilidade do recorrente. Com efeito, apenas a qualificadora do concurso de agentes restou evidenciado, afastando-se a incidência das demais referidas na sentença.

Emerge dos autos que a autoria delitiva e materialidade são incontestes. A confissão extrajudicial foi ratificada em juízo. E a prova oral segura, robusta e incontroversa da culpabilidade do apelante aponta que a autoria delitiva recai na pessoa do apelante.

Ressalte-se que a confissão da autoria delitiva guarda sintonia com a prova oral produzida em juízo e carreada aos autos evidencia que os fatos descritos na denúncia restaram comprovados.

Com a análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, percebe-se que a dosimetria da pena-base fixada quatro anos acima do mínimo legal é exacerbada. Devendo ser redimensionada nesse ponto.

As qualificadoras referidas inicialmente, e constantes nos incisos I e II do art. 155 do CP não foram demonstradas na sentença ora fustigada. Devendo, considerar-se apenas o concurso de mais de duas pessoas (inc. III), como tipo penal violado que prevê pena de 2 a 8 anos de reclusão, e multa.

Impende registrar que a tese defensiva consistente na insuficiência de provas e negativa de autoria delitiva foi inexitosa, pois não logrou demonstrar os fatos aduzidos nem infirmar os termos da denúncia.

É forçoso reconhecer que a dosimetria da pena-base fixada em seis anos deve ser redimensionada diante das circunstâncias judiciais desfavorável ao recorrente.

Desta maneira, redimensiono a pena-base em cinco anos de reclusão. Mantenho a diminuição da atenuante da confissão espontânea fixada pelo juiz sentenciante e correspondente a nove meses para tornar a **pena definitiva em quatro anos e três meses de reclusão.**

No tocante ao disposto no inciso IV do art. 387 do código penal o valor (R\$ 3.000,00), arbitrado na sentença para indenização das vítimas do crime do furto se afigura desproporcional já que os valores declarados dos objetos furtados atinge a quantia bem inferior. Ademais, exsurge dos autos que o apelante não dispõe de capacidade econômico-financeira para cumprir a condenação.

Assim, considerando a avaliação inserta a fl 20, reduzo o *quantum* indenizatório para oitenta reais que corresponde ao valor dos danos materiais sofridos pelas vítimas.

Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta, meu voto é para dar provimento parcial ao apelo para redimensionar a pena privativa de liberdade do apelante **para quatro anos e três meses de reclusão** à conduta tipificada no inciso IV do § 2º do art. 155 do código penal. Reduzo, também, o valor arbitrado para indenização civil para oitenta reais, a título de danos materiais, mantendo-se na íntegra os demais termos da sentença hostilizada.

**É COMO VOTO**